



Gustavo Henrique Cepolini Ferreira
(Organizador)

Debates Geográficos da Realidade Brasileira

Atena
Editora
Ano 2020



Gustavo Henrique Cepolini Ferreira
(Organizador)

Debates Geográficos da Realidade Brasileira

Atena
Editora
Ano 2020

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editores: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Geraldo Alves

Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie di Maria Ausiliatrice

Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Luis Ricardo Fernando da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão

Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador

Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Fernando José Guedes da Silva Júnior – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Prof. Me. Heriberto Silva Nunes Bezerra – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Profª Ma. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
D286	<p>Debates geográficos da realidade brasileira [recurso eletrônico] / Organizador Gustavo Henrique Cepolini Ferreira. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia. ISBN 978-65-5706-017-9 DOI 10.22533/at.ed.179200405</p> <p>1. Geografia – Pesquisa – Brasil. I. Ferreira, Gustavo Henrique Cepolini.</p> <p style="text-align: right;">CDD 910.03</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

É com imensa satisfação que apresento a Coletânea “Debates Geográficos da Realidade Brasileira”, cuja diversidade teórica e metodológica está assegurada nos capítulos que a compõem. Trata-se de uma representação da ordem de vinte e um capítulos a partir de análises, ensaios, relatos e pesquisas de professores e pesquisadores oriundos de diferentes instituições.

Nesse sentido, ressalta-se a importância da pesquisa científica e os desafios hodiernos para o fomento público na área de Geografia, entre outras áreas afins para debater a função social da ciência geográfica, bem como das Ciências Humanas no cotidiano de um país marcado por inúmeras contradições e desigualdades sob a égide de práticas que violam a nossa jovem democracia.

A Coletânea está organizada a partir de alguns eixos temáticos, quais sejam: Ensino de Geografia, Geografia Agrária, Geografia Urbana e Econômica, Cartografia e Geoecologia, Geografia Cultural e Política e Geografia Regional. Tal diversidade revela a necessidade da Geografia para compreensão, e, sobretudo, transformação da realidade brasileira e suas conexões com o mundo globalizado. Nesse devir, urge refletir e construir teorias que possam desvendar nosso futuro comum.

Assim, os capítulos 1, 2 e 3 versam sobre as possibilidades do Ensino de Geografia, enfatizando respectivamente a Cartografia Tátil, o Trabalho de campo e propostas inclusivas, bem como os desafios do estágio supervisionado na formação do professor de Geografia.

No segundo eixo sobre Geografia Agrária, os capítulos 4, 5 e 6 tratam dos desafios da construção de um Atlas da Questão Agrária Norte Mineira, a formação territorial da Campanha Gaúcha e a Indústria de beneficiamento de arroz no interior do estado de São Paulo.

O terceiro e maior eixo temático da Coletânea, versa os desafios urbanos e econômicos na contemporaneidade, cujas análises estão presentes nos capítulos 7 a 15 a partir dos seguintes subtemas: reestruturação produtiva no Recôncavo baiano, vulnerabilidade e renda familiar na região imediata de Ituiutaba - MG, consumo, comércio e novos empreendimentos em Timon – MA, gestão territorial urbana em Belo Horizonte – MG, subúrbios de Recife-PE, renovação urbana em Paulista-PE, planejamento urbano e participação popular em Teresina-PI, empresas de publicidade e rede urbana no Brasil e a produção territorial-urbana em Oiapoque-AP.

O Capítulo 16 apresenta uma importante e atual análise sobre a Cartografia do feminicídio em Belém-PA, cujos dados versam sobre o período de 2011 a 2018. Já os capítulos 17 e 18 apresentam as Unidades Ambientais em Santa Maria – RS a

partir de uma revisão da sustentabilidade ambiental e urbana e as estratégias para Educação Ambiental em área de risco na Zona Norte de Recife-PE.

Na sequência o capítulo 19 apresenta uma análise sobre o conflito Sírio em consonância com formação territorial e os desafios políticos e o sectarismo religioso. Enquanto o capítulo 20 apresenta um breve relato sobre o divino, o sagrado e o profano e a relação com os rituais africanos nos países do Mercosul. Por fim, no capítulo 21 discute-se o conceito o nordeste brasileiro a partir de um profícuo diálogo com as teorias de Gilberto Freyre.

Esperamos que as análises e contribuições publicadas nessa Coletânea propiciem uma leitura crítica e prazerosa, assim como despertem novos e frutíferos debates para compreensão da Geografia em sintonia com a sua função e responsabilidade socioambiental e territorial para construirmos alternativas para transformar a realidade a partir de uma Geografia socialmente engajada.

Gustavo Henrique Cepolini Ferreira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
ENSINO DE GEOGRAFIA PARA DEFICIENTES VISUAIS: CONFEÇÃO DE MAPAS TÁTEIS COM MATERIAIS ACESSÍVEIS E DE BAIXO CUSTO	
Laís Caroline Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.1792004051	
CAPÍTULO 2	15
CONSTRUÇÃO DOS CONHECIMENTOS GEOGRÁFICOS PERMEADO POR TEMÁTICAS INTERDISCIPLINARES E POR PRÁTICAS INCLUSIVAS DE TRABALHO DE CAMPO	
Maria Solange Melo de Sousa Juanice Pereira Santos Silva	
DOI 10.22533/at.ed.1792004052	
CAPÍTULO 3	29
UMA BREVE REFLEXÃO SOBRE O ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM GEOGRAFIA	
Severino Alves Coutinho	
DOI 10.22533/at.ed.1792004053	
CAPÍTULO 4	37
A CONSTRUÇÃO DO ATLAS DA QUESTÃO AGRÁRIA NORTE MINEIRA E OS DESAFIOS E DISPUTAS TERRITORIAIS	
Gustavo Henrique Cepolini Ferreira Anderson Willians Bertholi Bruna França Oliveira Tayne Pereira da Cruz Walcricio Martins Gomes	
DOI 10.22533/at.ed.1792004054	
CAPÍTULO 5	50
TERRITÓRIOS EM CONSTRUÇÃO NOS RINCÕES DO BRASIL MERIDIONAL: DA COLONIALIDADE E SUBALTERNIDADE, ÀS R-EXISTÊNCIAS NA FORMAÇÃO TERRITORIAL DA CAMPANHA GAÚCHA	
Anderson Luiz Machado dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.1792004055	
CAPÍTULO 6	61
“INDÚSTRIAS DE BENEFICIAMENTO DE ARROZ EM SANTA CRUZ DO RIO PARDO E SUAS RELAÇÕES ESPACIAIS”	
Reinaldo Luiz Selani	
DOI 10.22533/at.ed.1792004056	
CAPÍTULO 7	72
DINÂMICA TERRITORIAL E REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NO RECÔNCAVO BAIANO	
Alessandra Oliveira Teles Wodis Kleber Oliveira Araujo	
DOI 10.22533/at.ed.1792004057	

CAPÍTULO 8 87

RENDA FAMILIAR NA REGIÃO IMEDIATA DE ITUIUTABA: INTRODUÇÃO AOS ESTUDOS SOBRE A VULNERABILIDADE SOCIAL

Márcia de Souza Oliveira Paes Leme Alberto

Nélio Paulo Sartini Dutra Júnior

Léia Adriana da Silva Santiago

Lílian Gobbi Dutra Medeiros

DOI 10.22533/at.ed.1792004058

CAPÍTULO 9 108

SHOPPING CENTER NA AVENIDA PIAUÍ: CONSUMO, COMÉRCIO E NOVOS EMPREENDIMENTOS EM TIMON (MA)

Amanda Maria Pires De Brito

Antônio Cardoso Façanha

DOI 10.22533/at.ed.1792004059

CAPÍTULO 10 120

DEMOCRACIA ELETRÔNICA E GESTÃO TERRITORIAL URBANA EM BELO HORIZONTE-MG

Vandeir Robson da Silva Matias

Matusalém de Brito Duarte

DOI 10.22533/at.ed.17920040510

CAPÍTULO 11 137

DOS ENGENHOS, SÍTIOS E ARRABALDES AO SUDOESTE DO RECIFE CONTEMPORÂNEO

Gabriel Augusto Coêlho de Santana

Rodrigo Dutra-Gomes

DOI 10.22533/at.ed.17920040511

CAPÍTULO 12 152

O PROCESSO DE RENOVAÇÃO URBANA NA ÁREA CENTRAL DO MUNICÍPIO DE PAULISTA/PE

Everton Barbosa da Luz

Rodrigo Dutra-Gomes

DOI 10.22533/at.ed.17920040512

CAPÍTULO 13 168

NOTAS SOBRE O MODELO DE PLANEJAMENTO URBANO NA CIDADE DE TERESINA: ANÁLISE DA PARTICIPAÇÃO POPULAR

Gilson Barbosa de Sousa

Aline de Araújo Lima

DOI 10.22533/at.ed.17920040513

CAPÍTULO 14 179

ESTRATÉGIA E CORRELAÇÕES ENTRE AS EMPRESAS DE PUBLICIDADE E A REDE URBANA BRASILEIRA

Ronaldo Cerqueira Carvalho

DOI 10.22533/at.ed.17920040514

CAPÍTULO 15	189
REALIDADES FRONTEIRIÇAS: REFLEXOS NA PRODUÇÃO TERRITORIAL-URBANA EM OIAPOQUE – AMAPÁ	
Edenilson Dutra de Moura	
DOI 10.22533/at.ed.17920040515	
CAPÍTULO 16	209
CARTOGRAFIA DO FEMINICÍDIO EM BELÉM-PA: UMA ANÁLISE DOS CASOS REGISTRADOS ENTRE 2011 A 2018	
Tatiane da Silva Rodrigues Tolosa	
Clarina de Cássia da Silva Cavalcante	
Roberto Magno Reis Netto	
Robson Patrick Brito do Nascimento	
DOI 10.22533/at.ed.17920040516	
CAPÍTULO 17	219
UNIDADES AMBIENTAIS PARA SANTA MARIA/RS	
Priscila Terra Quesada	
José Manuel Mateo Rodriguez	
DOI 10.22533/at.ed.17920040517	
CAPÍTULO 18	230
PAISAGEM COMO ESTRATÉGIA PARA EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM ÁREA DE RISCO NA ZONA NORTE DE RECIFE – PE	
Silvana Paula Soares	
Rodrigo Dutra-Gomes	
DOI 10.22533/at.ed.17920040518	
CAPÍTULO 19	245
O CONFLITO SÍRIO COMO RESULTADO DA FORMAÇÃO TERRITORIAL: PODER POLÍTICO E SECTARISMO RELIGIOSO	
Leonardo Johas Petrocelli	
DOI 10.22533/at.ed.17920040519	
CAPÍTULO 20	254
OS VÍNCULOS DO CORPO E DA MENTE: O DIVINO, O SAGRADO E O PROFANO E SUAS RELAÇÕES COM OS RITUAIS AFRICANOS EM PAÍSES DO MERCOSUL	
Ivete Maria Soares Ramirez Ramirez	
Maurício Ribeiro da Silva	
Cristina Vieira Barbosa, pedagoga	
Gabrielle Pellucio De Felice Lenci	
DOI 10.22533/at.ed.17920040520	
CAPÍTULO 21	258
A REGIÃO NO NORDESTE BRASILEIRO : DIALÓGOS COM GILBERTO FREYRE	
Marina Loureiro Medeiros	
Rodrigo Dutra Gomes	
DOI 10.22533/at.ed.17920040521	
SOBRE O ORGANIZADOR	269
ÍNDICE REMISSIVO	270

RENDA FAMILIAR NA REGIÃO IMEDIATA DE ITUIUTABA: INTRODUÇÃO AOS ESTUDOS SOBRE A VULNERABILIDADE SOCIAL

Data de aceite: 13/04/2020

Data de submissão: 01/03/2020

Márcia de Souza Oliveira Paes Leme Alberto

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano (IFGoiano). Morrinhos - Goiás

Servidora pública no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro (IFTM). Ituiutaba – Minas Gerais

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4666-6732>

Nélio Paulo Sartini Dutra Júnior

Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de Geografia. Uberlândia – Minas Gerais

Servidor no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro (IFTM). Ituiutaba – Minas Gerais

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6598-1768>

Léia Adriana da Silva Santiago

Doutora em Educação pela Universidade Federal do Paraná, com estágio pós-doutoral na Universidade Autônoma de Barcelona, Espanha.

Docente no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano (IFGoiano). Morrinhos - Goiás

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6057-6808>

Lílian Gobbi Dutra Medeiros

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em

Educação Profissional e Tecnológica pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano (IFGoiano). Morrinhos - Goiás

Servidora pública no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro (IFTM). Ituiutaba – Minas Gerais

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6783-3101>

RESUMO: As acumulações desiguais de renda e riqueza emergem como uma problemática estrutural das sociedades capitalistas, uma vez que essa sociedade se reproduz gerando, concomitantemente, por um lado, penúria, miséria, vulnerabilidades, desigualdades e, por outro lado, abundâncias e acumulações de renda e riquezas. Assim, entendemos que a renda, como também sua acumulação desigual, são fatores importantes no entendimento da pobreza e, por conseguinte, nos estudos de vulnerabilidades sociais. A Região Imediata de Ituiutaba/MG possui cidades com diferentes realidades socioeconômicas, com distintos níveis de acumulação de capital e, possivelmente, diferentes áreas e graus de vulnerabilidade social. Nessa conjuntura, faz-se necessário entender as distintas acumulações de renda familiar dos municípios dessa região, para que esses dados possam colaborar com mensurações futuras de vulnerabilidade social e, do mesmo modo, auxiliar em estudos socioespaciais nos municípios em questão.

Portanto, este trabalho tem como objetivo analisar a renda familiar dos municípios da Região Imediata de Ituiutaba. Para tanto, propõe-se refletir sobre as acumulações desiguais no âmbito da vulnerabilidade social, a partir de um viés capitalista, por meio de pesquisa bibliográfica, fundamentando-se nos estudos de Harvey (2016), Kaztman e Filgueira (1999) e Zaffaroni (1999). Em seguida, por meio de dados do Censo Demográfico de 2010 do IBGE, buscou-se mensurar a renda familiar dos domicílios dos municípios em estudo. Os dados apontaram que, enquanto uma grande parcela da população possui uma renda per capita baixa ou se encontra nos bolsões do desemprego, sobrevivendo na informalidade ou à mercê de políticas públicas, ou até mesmo sem renda, uma pequena parcela da população detém rendas per capita exorbitantes. Isso demonstra o quanto a desigualdade social impacta a estrutura da sociedade e o quanto ela é capaz de alimentar o sistema capitalista.

PALAVRAS-CHAVE: Renda familiar. Vulnerabilidade social. Região Imediata de Ituiutaba.

FAMILY INCOME IN THE IMMEDIATE REGION OF ITUIUTABA: INTRODUCTION TO SOCIAL VULNERABILITY STUDIES

ABSTRACT: Unequal accumulations of income and wealth emerge as a structural problem of capitalist societies, once this society concomitantly reproduces itself generating, on the one hand, penury, misery, vulnerabilities, inequalities and, on the other hand, abundances and accumulations of income and wealth. Thus, we understand that income, as well as its unequal accumulation, are important factors to understand poverty and, therefore, social vulnerability studies. The immediate region of Ituiutaba/MG consists of cities with different socioeconomic realities, with distinct levels of capital accumulation and, possibly, different areas and degrees of social vulnerability. In this context, it is necessary to understand the distinct accumulations of family income in the municipalities of this region, so that this data may collaborate on future measurements of social vulnerability and, in the same way, collaborate on socio-spatial studies in these municipalities. Therefore, this paper aims to analyze the family income of the municipalities of the Immediate Region of Ituiutaba. To this purpose, it is proposed to reflect on the unequal accumulations within the scope of social vulnerability, from a capitalist view, through bibliographic research, based on studies of Harvey (2016), Kaztman and Filgueira (1999) and Zaffaroni (1999). After that, using data from IBGE Demographic Census of 2010, we tried to measure the family income of households in the municipalities under study. Data showed that, while a great part of the population has low per capita income or is unemployed, surviving in informality or at the mercy of public policies, or even with no income, a small part of the population hold exorbitant per capita incomes. This demonstrates how social inequality affects the structure of society and how it is able to nourish the capitalist system.

KEYWORDS: Family income. Social vulnerability. Immediate Region of Ituiutaba.

1 | INTRODUÇÃO

A sociedade capitalista, marcada pelo incremento das máquinas e por mudanças estruturais e sociais, trouxe, com os avanços tecnológicos, grandes problemas sociais e econômicos, provocados pela acumulação exacerbada do capital e pela disparidade das desigualdades sociais. A acumulação de capital é uma realidade social que atinge as sociedades urbanas e rurais, sendo uma condição estrutural da sociedade capitalista. É causa e, ao mesmo tempo, consequência de diversos problemas sociais como pobreza, marginalização, exclusão e vulnerabilidade social.

O dinheiro, como símbolo do trabalho social, da acumulação capitalista e da materialização dessa centralização de capital, é uma unidade de troca das sociedades contemporâneas e sua concentração ocorre de diferentes formas, por distintas pessoas, em variadas classes sociais.

A concentração de dinheiro e, muitas vezes, de riquezas, geram cidades e municípios com distribuição desigual de renda e, conseqüentemente, desigualdades sociais. As disparidades de acumulação, tanto de riquezas quanto de capital, influenciam na produção do espaço urbano e rural. Essa multiconfiguração do espaço geográfico materializa áreas, bairros e setores mais ou menos vulneráveis em razão de diversos fatores sociais, sobretudo os socioeconômicos.

Nesse sentido, embora a vulnerabilidade social não esteja conexa apenas com critérios econômicos, é evidente que as famílias de baixa renda possuem menos recursos humanos e infraestruturas para responderem efetivamente a determinados eventos extremos, como uma crise econômica nacional, uma enchente ou deslizamento de terras. Em outras palavras, as populações com renda familiar baixa possuem mais chances de serem vulneráveis a eventos extremos, pois existe uma correlação evidente da renda familiar com a vulnerabilidade social.

A renda familiar é uma forma de mensurar a acumulação de capital pelos diferentes grupos sociais. Vale ressaltar que ela é a materialização do dinheiro e sua acumulação não segue um padrão de igualdade. As residências possuem rendas em faixas salariais tão variadas que é praticamente impossível não visualizar as grandes desigualdades sociais e as distintas vulnerabilidades sociais nos diversos municípios brasileiros.

Contudo, cabe destacar que, na dinâmica da renda familiar, não podem passar despercebidas as significativas mudanças pelas quais têm passado os arranjos familiares. Desde meados da década de 1960, as famílias têm-se tornado mais complexas, distanciando-se de padrões tradicionais: aumentam as coabitações (em detrimento dos casamentos), as separações e as novas uniões. Vêm surgindo novos personagens no âmbito da família (padrasto, madrasta, meio-irmão). As mulheres passaram a fazer parte do mercado de trabalho por remuneração, complementando

a renda familiar ou sendo a principal contribuição financeira da família. A composição das configurações familiares se modifica, aumentando os casais sem filhos e as famílias monoparentais (principalmente as chefiadas por mulheres) e diminuindo o tipo de família mais tradicional – aquela constituída pelo casal e os filhos. A queda da fecundidade e as mudanças nos arranjos familiares provocaram ainda aumento na proporção de pessoas idosas nas famílias (LEONE, MAIA, BALTAR, 2010).

Assim sendo, este trabalho tem como objetivo analisar a renda familiar dos municípios da Região Imediata de Ituiutaba. Para tanto, propõe-se refletir sobre as acumulações desiguais no âmbito da vulnerabilidade social e, em seguida, por meio de dados do Censo Demográfico de 2010 do IBGE, mensurar a renda familiar dos domicílios dos municípios em estudo.

A Região Imediata de Ituiutaba é uma das várias regiões imediatas classificadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Ela abrange os municípios de Ituiutaba, Cachoeira Dourada, Santa Vitória, Capinópolis, Gurinhatã e Ipiacú. Em 2010, apresentava uma população absoluta de 142.457 pessoas e um total de 47.801 domicílios (IBGE, 2010).

Essa região possui cidades com diferentes realidades socioeconômicas, com distintos níveis de acumulação de capital e, possivelmente, diferentes áreas e graus de vulnerabilidade social. Nessa conjuntura, faz-se necessário entender as distintas acumulações de renda familiar dos municípios da Região Imediata de Ituiutaba, para que esses dados possam auxiliar em mensurações futuras de vulnerabilidade social e, do mesmo modo, auxiliar em estudos socioespaciais nos municípios em estudo.

Para tanto, propõe-se refletir sobre as acumulações desiguais no âmbito da vulnerabilidade social, a partir de um viés capitalista, por meio de pesquisa bibliográfica, fundamentando-se nos estudos de Harvey (2016), Katzman e Filgueira (1999) e Zaffaroni (1999). Em seguida, por meio de dados do Censo Demográfico de 2010 do IBGE, buscou-se mensurar a renda familiar dos domicílios dos municípios em estudo

2 | REFLEXÕES SOBRE AS ACUMULAÇÕES DESIGUAIS E A VULNERABILIDADE SOCIAL

Harvey (2016) aponta que, nos últimos anos, as desigualdades de renda e riqueza, em níveis nacionais, seguiram uma tendência reducionista, enquanto que as disparidades entre indivíduos e grupos sociais aumentaram. Katzman e Filgueira (1999) afirmam que, em vários relatórios, tanto nacionais quanto internacionais, existem diversos esforços para mensurar a pobreza, devido à sua persistência e magnitude em vários países da América Latina.

Nesse sentido, as acumulações desiguais de renda e riqueza emergem

como uma problemática estrutural das sociedades capitalistas, uma vez que essa sociedade se reproduz gerando, concomitantemente, por um lado, penúria, miséria, vulnerabilidades, desigualdades e, por outro lado, abundâncias e acumulações de renda e riquezas. Assim, entendemos que a renda, como também sua acumulação desigual, são fatores importantes no entendimento da pobreza e, por conseguinte, nos estudos de vulnerabilidades sociais.

Harvey (2016) reflete sobre a apropriação privada, a acumulação da riqueza comum, as acumulações de renda e capital, desigualdades sociais, acumulação de diferentes tipos de riqueza e dinheiro e como essas variáveis refletem no sistema capitalista. O autor entende que a renda se refere exclusivamente ao que é acumulado e pode ser trocado socialmente por um determinado valor. Em outras palavras, para ele, a renda pode ser materializada em dinheiro.

A riqueza, por outro lado, embora possa ser vendida e transformada em dinheiro, se materializa em objetos diversos e estruturas, a exemplo de casas, carros, ou seja, elementos que podem ser trocados por dinheiro ou que possuem um valor virtual ou flutuante. Segundo Harvey (2016, p. 59), a riqueza comum é “criada pelo trabalho social” e é acumulada ou apropriada de forma privada por meios considerados socialmente lícitos, como mercados financeiros, comércio e juros de bancos, e por meios ilícitos, como tráfico de drogas, corrupção e furtos.

Percebe-se, nos apontamentos de Harvey (2016), que, na apropriação privada de riqueza comum, o dinheiro representa o trabalho social. Contudo, existe uma diferença fundamental: ao contrário do trabalho, o dinheiro pode ser acumulado. O autor discute com propriedade essa premissa, ao dizer que:

No centro do processo de apropriação privada da riqueza comum reside o modo contraditório como o dinheiro, conforme vimos, representa e simboliza o trabalho social (valor). O fato de que o dinheiro, em oposição ao valor social que ele representa, seja inerentemente apropriável por pessoas privadas significa que o dinheiro (dado que funciona muito bem como reserva de valor e medida de valor) **pode ser acumulado sem limites por pessoas privadas**. E na medida em que o dinheiro armazena poder social, sua acumulação e centralização por um grupo de indivíduos são decisivas tanto para a construção social da ganância pessoal quanto para a formação de um poder de classe capitalista mais ou menos coerente (HARVEY, 2016, p. 60, grifo nosso).

Consequentemente, “[...] a terra, o trabalho e o dinheiro foram coisificados, pulverizados e arrancados de seu enraizamento nos fluxos mais amplos da vida cultural e da matéria viva [...]” (HARVEY, 2016, p. 63). Ainda, embora a terra não seja produzida pelo trabalho social, ela sistematicamente foi e continua a ser privatizada, tornando-se mercadoria “[...] para que o mercado de terras pudesse se tornar o campo primário da acumulação do capital e da extração de riquezas [...]” (HARVEY, 2016, p. 64).

Desse modo, é possível presumir que quanto menor o dinheiro acumulado em razão do trabalho social, possivelmente maior a vulnerabilidade. Em outras palavras, quanto menor o rendimento per capita, mais suscetível à vulnerabilidade social está a população. Parece ser uma afirmação óbvia, mas ela esconde o ínfimo das desigualdades sociais: o poder que o dinheiro tem na sociedade atual. Para Harvey (2016, p. 65), “[...] o valor de troca é o mestre e o de uso, o escravo”.

Embora os fatores relacionados à acumulação desigual de capital não sejam as únicas variáveis utilizadas nas análises de vulnerabilidade social, Kaztman e Filgueira (1999) elencam diversas outras variáveis que também estão relacionadas às disparidades de renda, como a falta de cuidado com saúde, moradias em condições inadequadas e sem estabilidade funcional, saneamento básico, entre outros fatores relacionados diretamente com renda familiar, que tornam as populações mais vulneráveis.

A partir de estudos sobre a temática, Zaffaroni (1999) cita conclusões que distinguem os conceitos de pobreza e de vulnerabilidade. De acordo com o autor, a vulnerabilidade

[...] posibilita una aproximación más dinámica, contemplando la entrada y salida de la situación de pobreza. Distingue asimismo dos dimensiones de la vulnerabilidad: la sensibilidad, o el grado en que el sistema responde a eventos externos, y la resiliencia, o la facilidad y velocidad con que el sistema se recupera luego de una situación de desequilibrio o agresión (ZAFFARONI, 1999, p. 62).

Nesse entendimento, a vulnerabilidade é um conceito mais dinâmico que o de pobreza, pois ela possui dimensões que contemplam as entradas e saídas das situações de pobreza. Existem, portanto, duas dimensões do mesmo conceito de vulnerabilidade. A primeira dimensão refere-se a quanto uma determinada população responde aos eventos externos e extremos e o quão sensível ela é a esses eventos. A segunda dimensão corresponde à resiliência ou à facilidade de recuperação após o evento (ZAFFARONI, 1999). Partindo dessa interpretação, entende-se que a mensuração da pobreza existente nas sociedades contemporâneas torna-se um procedimento importante em ambas as dimensões de análise de vulnerabilidade.

Além disso, conforme já foi dito, as disparidades de renda, em razão das acumulações desiguais de renda e riqueza, de modo geral, impactam em diferentes graus na vulnerabilidade social das populações. Nesse sentido, quando Harvey (2016, p. 153) diz que as disparidades de renda “vem crescendo de forma acentuada desde a década de 1970”, é possível inferir que existem acumulações distintas de riquezas e de rendas em diferentes grupos sociais e que essas acumulações vêm crescendo nas últimas décadas, tornando as vulnerabilidades mais evidentes.

As desigualdades sociais são intrínsecas ao sistema capitalista. Isso não significa que as vulnerabilidades, as acumulações de riquezas e sobretudo a renda,

tratadas aqui neste trabalho, não aconteciam antes. Pelo contrário, em diversos períodos históricos, os acumuladores de valor de troca estiveram presentes, como também as comunidades mais vulneráveis. O que Harvey (2016) chama a atenção é para o crescimento exponencial da acumulação de capital durante o período da Guerra Fria e, sobretudo, após a queda do Muro de Berlim, com o fortalecimento das correntes neoliberais. Podemos entender, portanto, que a vulnerabilidade social, nas últimas décadas, tendeu a crescer, especialmente com o aumento das disparidades de renda.

Nesse sentido, Kaztman e Filgueira (1999) salientam que a acumulação de capital por uma parcela da população, como também a falta de acesso a recursos básicos para a sobrevivência por outra parcela da população, trouxeram às sociedades contemporâneas situações diversas de vulnerabilidade. Em outras palavras, o capital produz e se reproduz em ambientes com distintas configurações sociais e econômicas, pois, ao mesmo tempo que ele cria as desigualdades de acumulações (renda e riqueza), ele “[...] parece funcionar muito bem em ambientes distributivos variados” (HARVEY, 2016, p. 154).

Com os apontamentos de Harvey (2016) e Kaztman e Filgueira (1999), parece ser mais fácil entender (e obviamente não aceitar) quão distinta são as rendas da população no sistema capitalista, quantas disparidades e vulnerabilidades perduram e se reproduzem na égide desse sistema e como o capital permanece se reproduzindo. Nesse sentido, observa-se que

As evidências estatísticas confirmam a adaptabilidade do capital a arranjos distributivos extremamente díspares. Mas como claramente nenhuma distribuição de renda e riqueza pode ser considerada ótima do ponto de vista da reprodução e do crescimento do capital, ninguém acredita que seja possível uma perfeita igualdade de distribuição. Por outro lado, tem sido sugerido que distribuições muito desequilibradas podem ser um problema não só pela instabilidade e inquietação social que provocam [...], mas também porque a história sugere que desigualdades excessivas podem ser o prelúdio de uma crise macroeconômica (HARVEY, 2016, p. 157).

Os registros históricos apontam que as desigualdades excessivas provocaram crises macroeconômicas. Seguindo Harvey (2016), a atual acumulação exponencial de capital possivelmente ocasionará uma crise generalizada e uma possível ruptura no sistema. Contudo, é pertinente lembrar que o capital se manteve vivo, ou melhor, sobreviveu, mesmo sofrendo diversas crises econômicas, como a Grande Depressão de 1929. Passou por duas Grandes Guerras e uma terceira guerra silenciosa entre duas grandes superpotências mundiais. Sobreviveu a diversas crises intranacionais, como a crise financeira estadunidense de 2008.

Nota-se, portanto, que o capital é bastante resistente a mudanças e até mesmo resiliente aos eventos extremos. Seria o capital o antagonista da vulnerabilidade

social? E, considerando toda essa capacidade de se adaptar e resistir, por que ele não sobreviveria mediante as disparidades de renda e riquezas?

As disparidades de renda e riquezas geram segregações e marginalizações. Kaztman e Filgueira (1999) entende a marginalização como fator importante para analisar as sociedades atuais. Ela atinge famílias, grupos sociais, setores e bairros. Pode ser elemento importante para mensurar a vulnerabilidade das pessoas, sobretudo os vulneráveis à marginalização. Assim,

En el extremo inferior de la escala social se encuentra una masa importante de población que virtualmente “ha tirado la esponja”, desistiendo de invertir en los esfuerzos que demanda la incorporación y tránsito por las vías institucionales de mejoramiento del nivel de vida. Se trata de personas y hogares que encuentran dificultades para satisfacer sus necesidades básicas. Malas condiciones habitacionales, insuficientes activos en recursos humanos dentro de las familias, alimentación escasa y de poca calidad, alta permeabilidad a los vicios sociales, precario control y atención de la salud y una baja autoestima son algunos de los factores que se conjugan para reducir sus expectativas de buena calidad de vida. Al dictado de la inmediatez de sus necesidades, los escasos activos de esos hogares se organizan para responder a la sobrevivencia cotidiana (KAZTMAN; FILGUEIRA, 1999, p. 27).

Kaztman e Filgueira (1999) entendem que a vulnerabilidade à marginalização ou marginalidade está conectada a diversos fatores relacionados à baixa acumulação de renda e a existência de pobreza. Para eles, existe uma massa social localizada no “extremo inferior de la escala social” que possuem, em pleno século atual, dificuldades em satisfazer as necessidades mais básicas do ser humano. Sobrevivem em habitações de péssima qualidade (ou até mesmo não possuem habitação), entre vários outros fatores, resistem à falta de alimentos ou alimentação inadequada.

Pensando nessas questões, é possível refletir sobre as consequências do capital nas relações sociais, na formação dos poderes econômicos e políticos e na formação dos agrupamentos sociais. Pode-se dizer que a adaptabilidade e a variabilidade do capital

[...] a configurações complexas de distribuição têm dupla função quando inseridas na complexidade e na diversidade inacreditáveis de agrupamentos sociais que existem em todo capitalismo. Distinções de gênero, sexo, raça, etnia, religião, cultura e nacionalidade estão em evidências, e questões de *status*, qualificações, talentos, respeito e admiração por conquistas e valores **dão oportunidades diferentes de vida tanto para os indivíduos quanto para os distintos grupos sociais** étnicos, raciais, sexuais e religiosos dentro das formações sociais capitalista. Na medida em que essas características estão associadas a um acesso **diferente aos mercados de trabalho, por exemplo, ou a remunerações diferentes nesses mercados**, o resultado são diferenças gigantescas em termos de poder econômico e político (HARVEY, 2016, p.154-155, grifo nosso).

Zaffaroni (1999), Kaztman e Filgueira (1999) parecem concordar que o acesso ao mercado de trabalho, em condições justas e remunerações adequadas, é uma

estratégia importante para a redução da pobreza e da vulnerabilidade, por ofertar a essas populações acesso ao capital e à renda. Contudo, a renda, sua acumulação e suas disparidades, não parecem ser apenas o resultado de um sistema. Parecem estar relacionados à própria reprodução desse sistema.

Nesse sentido, as desigualdades sociais e de renda, por sua vez, atribuem aos grupos sociais distintos graus de poder econômico, político e social, especializando múltiplas vulnerabilidades. A renda no sistema capitalista é uma forma de mensurar o quanto um grupo social tem poder e força para adentrar e se fazer presente no sistema.

Com as inovações tecnológicas, sobretudo em razão da última Revolução Tecnológica, as configurações familiares ficaram com múltiplas características e diferentes feições. A globalização aumentou a pobreza e a modernidade trouxe feições diferentes para a sociedade, aguçando, em alguns casos, as vulnerabilidades. Para Kaztman e Filgueira (1999), a população com renda familiar mais baixa não tem estabilidade econômica suficiente para se manter estável. Ficam expostas ao baixo acesso aos recursos, são mais vulneráveis às mudanças econômicas atuais dos mercados, e não possuem acesso às inovações tecnológicas.

Para atenuar as desigualdades de renda, o Estado tem que investir, primordialmente, em educação e atuar com políticas de distribuição de renda, e assim auxiliar na redução da vulnerabilidade social. Segundo Kaztman e Filgueira (1999), o Estado deve propor uma estrutura de oportunidades de modo a oferecer educação gratuita.

El ejemplo más claro de la segunda categoría de funciones es la provisión de educación gratuita por el Estado, cuya eficacia como estructura de oportunidad depende de la utilidad que muestren los logros educativos que se obtienen por esa vía para que los jóvenes puedan incorporarse a trabajos productivos (KAZTMAN; FILGUEIRA, 1999, p. 24).

Em entendimento semelhante ao de Kaztman e Filgueira (1999), Harvey (2016, p. 156) acrescenta que “O acesso à educação, por exemplo, tem impacto claro na distribuição futura de renda” e recorda que “Dado o poder do Estado de recolher impostos e redistribuir riqueza e renda, grande parte dos resultados depende da facção ou aliança política que mantém o poder do Estado e do que ele faz com ele”. Zaffaroni (1999) defende que o acesso das famílias aos serviços públicos de educação constitui como um fator essencial para a aquisição de conhecimento e habilidade para enfrentar situações críticas e satisfação das necessidades cotidianas básicas.

Investir em políticas destinadas às comunidades mais vulneráveis não parece ser uma tarefa simples em pleno sistema capitalista neoliberal, mediante a necessidade do Estado em manter-se no poder (político) com alianças de poder

(econômico), porquanto “[...] a concentração e a centralização crescente de renda e riqueza na classe capitalista permitiram que ela influenciasse e controlasse desproporcionalmente os meios de comunicação (opinião pública) e o aparelho estatal capitalista” (HARVEY, 2016, p. 160).

Assim, as distintas rendas (e riquezas) no sistema capitalista podem ser um indicativo do quanto poder social, econômico e político um grupo social ou indivíduo possui. Ao mesmo tempo, Harvey (2016) aponta que as taxas de crescimento exponencial do capital, nos moldes atuais de acumulação capitalista, aumentarão as desigualdades de renda. Isso indica que, mesmo chegando a níveis insustentáveis – e possivelmente a uma ruptura do sistema – o capital ainda trará muitas desigualdades de acumulação pela sociedade.

3 | CAMINHO METODOLÓGICO

Este trabalho busca refletir sobre as acumulações desiguais no âmbito da vulnerabilidade social, a partir de um viés capitalista, por meio de pesquisa bibliográfica, fundamentando-se nos estudos de Harvey (2016), Kaztman e Filgueira (1999) e Zaffaroni (1999). Em seguida, por meio de dados do Censo Demográfico de 2010 do IBGE, busca-se mensurar a renda familiar dos domicílios dos municípios em estudo.

Para organizar as tabelas e discutir os resultados, foi relevante realizar um levantamento exploratório inicial, por meio de pesquisa documental, nas legislações que regulamentam os valores do salário mínimo, tanto de 2010 quanto de 2019. Foram consultadas a Lei nº 12.255, de 15 de junho de 2010, que “Dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1º de janeiro de 2010, estabelece diretrizes para a política de valorização do salário mínimo entre 2012 e 2023 e revoga a Lei nº 11.944, de 28 de maio de 2009” (BRASIL, 2010); a Lei nº 13.152, de 29 de julho de 2015, que “Dispõe sobre a política de valorização do salário-mínimo e dos benefícios pagos pelo Regime Geral de Previdência Social (RGPS) para o período de 2016 a 2019” (BRASIL, 2015) e o Decreto nº 9.661, de 1º de janeiro de 2019, que “Regulamenta a Lei nº 13.152, de 29 de julho de 2015, que dispõe sobre o valor do salário mínimo e a sua política de valorização de longo prazo” (BRASIL, 2019).

A presente pesquisa abrangeu um total de 142.457 pessoas, em 47.801 domicílios, residentes nos municípios que fazem parte da Região Imediata de Ituiutaba, sendo: Ituiutaba, Santa Vitória, Capinópolis, Gurinhatã, Ipiaçu e Cachoeira Dourada.

Para o presente estudo, foram usados dados do Censo Demográfico do IBGE do ano de 2010. Os dados dos setores censitários de cada município foram agrupados

para auferir os valores finais por município.

No total, a pesquisa abrangeu 249 setores censitários: 6 em Cachoeira Dourada; 7 em Ipiacu; 20 em Gurinharã; 27 em Capinópolis; 33 em Santa Vitória e 156 em Ituiutaba. Os dados selecionados visaram apresentar um esboço da renda familiar per capita por domicílios nos municípios citados, cujas variáveis encontram-se no Quadro 1.

Arquivo	Variável	Descrição
Básico_UF.xls	V001	Domicílios particulares permanentes ou pessoas responsáveis por domicílios particulares permanentes
Básico_UF.xls	V002	Moradores em domicílios particulares permanentes ou população residente em domicílios particulares permanentes
Básico_UF.xls	V005	Valor do rendimento nominal médio mensal das pessoas responsáveis por domicílios particulares permanentes (com e sem rendimento)
DomicílioRenda_UF.xls	V005	Domicílios particulares com rendimento nominal mensal domiciliar per capita de até 1/8 salário mínimo
DomicílioRenda_UF.xls	V006	Domicílios particulares com rendimento nominal mensal domiciliar per capita de mais de 1/8 a 1/4 salário mínimo
DomicílioRenda_UF.xls	V007	Domicílios particulares com rendimento nominal mensal domiciliar per capita de mais de 1/4 a 1/2 salário mínimo
DomicílioRenda_UF.xls	V008	Domicílios particulares com rendimento nominal mensal domiciliar per capita de mais de 1/2 a 1 salário mínimo
DomicílioRenda_UF.xls	V009	Domicílios particulares com rendimento nominal mensal domiciliar per capita de mais de 1 a 2 salários mínimos
DomicílioRenda_UF.xls	V010	Domicílios particulares com rendimento nominal mensal domiciliar per capita de mais de 2 a 3 salários mínimos
DomicílioRenda_UF.xls	V011	Domicílios particulares com rendimento nominal mensal domiciliar per capita de mais de 3 a 5 salários mínimos
DomicílioRenda_UF.xls	V012	Domicílios particulares com rendimento nominal mensal domiciliar per capita de mais de 5 a 10 salários mínimos
DomicílioRenda_UF.xls	V013	Domicílios particulares com rendimento nominal mensal domiciliar per capita de mais de 10 salários mínimos
DomicílioRenda_UF.xls	V014	Domicílios particulares sem rendimento nominal mensal domiciliar per capita

Quadro 1 – Variáveis selecionadas

Fonte: IBGE, 2011

Elaboração dos autores

Esses dados estão disponíveis gratuitamente na “Base de informações do Censo Demográfico 2010: Resultados do Universo por setor censitário” (IBGE, 2011). Eles foram organizados para serem representados em tabelas com valores absolutos e relativos.

As variáveis selecionadas tiveram a finalidade de apontar a quantidade de domicílios por setor censitário em diversas faixas salariais de renda. Entendeu-se que quanto maior a discrepância dos rendimentos nominais mensais, maior a desigualdade de renda e, portanto, maior probabilidade de vulnerabilidade social.

4 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

A média salarial nos seis municípios da Região Imediata de Ituiutaba correspondia, em 2010, a R\$ 1.077,60 (IBGE, 2011). Ressalta-se que, conforme Lei nº 12.255, de 15 de junho de 2010, o salário mínimo em 2010 era de R\$ 510,00. Em 2019, o salário mínimo foi ajustado pela Lei nº 13.152, de 29 de julho de 2015, e Decreto nº 9.661, de 1º de janeiro de 2019, e passou a ser de R\$ 998,00. Desse modo, considerando o valor do salário mínimo no ano de 2019, a média salarial seria R\$ 2.108,71.

Município	Quantidade de domicílios	Quantidade de população	Renda média dos moradores responsáveis	Renda média dos moradores responsáveis*
Cachoeira Dourada	781	2499	R\$ 957,24	R\$ 1.873,19
Ipiaçu	1410	4097	R\$ 1.021,76	R\$ 1.999,44
Gurinhata	2166	5985	R\$ 939,59	R\$ 1.838,65
Capinópolis	4982	15194	R\$ 1.171,31	R\$ 2.292,09
Santa Vitória	6103	17961	R\$ 1.115,24	R\$ 2.182,37
Ituiutaba	32359	96721	R\$ 1.260,44	R\$ 2.466,51
Total	47801	142457	R\$ 1.077,60**	R\$ 2.108,71**

Tabela 1 – Renda média, domicílios e população da Região Imediata de Ituiutaba - 2010

Fonte: IBGE, 2011.

Elaboração dos autores com base nos dados coletados.

Nota: *Projeção elaborada pelos autores de acordo com o salário mínimo no ano de 2019.

** Média simples dos valores totais dos municípios.

Nessa conjuntura, quando analisada a renda média dos moradores responsáveis, projetada para o salário mínimo de 2019, observa-se uma certa nivelção das rendas: Cachoeira Dourada (R\$ 1.873,19); Ipiaçu (R\$ 1.999,44); Gurinhata (R\$ 1.838,65); Capinópolis (R\$ 2.292,09); Santa Vitória (R\$ 2.182,37) e Ituiutaba (R\$ 2.466,51). Harvey (2016) mostra que, se, por um lado, a desigualdade de renda tem demonstrado uma tendência de nivelção entre diferentes países, por outro, ela vem aumentando entre os indivíduos e entre os grupos sociais.

Esse é o problema de se considerar dados macro a nível municipal, estadual, nacional e até mesmo mundial. Assim, mesmo que os valores referentes a Gurinhata

e Ituiutaba demonstrem uma diferença de R\$ 627,86 na renda média dos moradores (Tabela 1), sendo a maior diferença de renda média entre municípios encontrada na Região Imediata de Ituiutaba, nas Tabelas 4 e 7, verificou-se que a maior parte da população de Gurinhatã (37,57%) e a maior parte da população de Ituiutaba (35,91%) recebem acima de 1/2 a 1 salário mínimo. São valores próximos quando comparadas à proporção da população dos municípios de Ituiutaba e Gurinhatã com essa faixa de renda, enquanto que, por outro lado, a nível municipal, as rendas médias de ambos municípios tenham uma alta diferença.

Em paralelo, a renda média da população de Capinópolis (R\$ 2.292,09) é a mais próxima da renda média no município de Ituiutaba (R\$ 2.466,51). Mas, se analisarmos as Tabelas 5 e 7 e considerarmos a soma das faixas salariais de “até 1/8 salário mínimo”, “mais de 1/8 a 1/4 salário mínimo”, “mais de 1/4 a 1/2 salário mínimo” e “sem renda”, é possível verificar, em Capinópolis, o valor de 26,03% e, em Ituiutaba, 19,78%. Com isso, pode-se dizer que, proporcionalmente à quantidade de população total, há mais pessoas recebendo rendas menores em Capinópolis que em Ituiutaba, mesmo que as rendas médias em ambos os municípios sejam próximas.

Com isso, percebe-se que a igualdade de renda das populações vai além de uma média de renda por município. É necessário verificar as distintas faixas de renda e a quantidade de famílias que a recebem para se ter, assim, uma noção da desigualdade social. As tabelas a seguir visam apresentar a renda per capita por município, considerando os domicílios e as distintas rendas per capita encontradas. Nesse sentido, é possível verificar, no âmbito municipal, o quanto uma determinada localidade possui mais ou menos de igualdade e de desigualdade de renda.

Dos municípios em estudo, Cachoeira Dourada é o que possui menor quantidade de população e de domicílios e a segunda menor renda média dos moradores, R\$ 957,24, correspondendo a R\$ 1.873,19 na projeção para o salário mínimo de 2019. Em relação às faixas de renda per capita, os valores são múltiplos, conforme evidenciado na Tabela 2.

Renda per capita	Quantidade de domicílios	% de domicílios
Até 1/8 salário mínimo	5	0,64
Mais de 1/8 a 1/4 salário mínimo	21	2,69
Mais de 1/4 a 1/2 salário mínimo	119	15,24
Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	323	41,36
Mais de 1 a 2 salários mínimos	215	27,53
Mais de 2 a 3 salários mínimos	53	6,79
Mais de 3 a 5 salários mínimos	23	2,94
Mais de 5 a 10 salários mínimos	9	1,15
Mais de 10 salários mínimos	2	0,26
Sem renda	11	1,41
Quantidade total de domicílios	781	100,00

Tabela 2 – Renda per capita de domicílios no município de Cachoeira Dourada-MG - 2010

Fonte: IBGE, 2011.

Elaboração dos autores com base nos dados coletados.

Agrupando os valores, verifica-se que 657 domicílios possuem renda acima de 1/4 a 2 salários mínimos por pessoa. Isso corresponde a 84,13% de todos os domicílios de Cachoeira Dourada. Por outro lado, 87 residências possuem renda acima de 2 salários mínimos per capita. Enquanto isso, 4,74% da população desses domicílios ou não tem renda, ou recebem até 1/4 de salário mínimo, totalizando 37 domicílios.

Dos municípios em estudo, Ipiacú é o segundo em quantidade de população e domicílio, com 4097 habitantes e 1410 casas (Tabela 1). A renda média dos moradores é maior que em Cachoeira Dourada e Gurinhatã, correspondendo a R\$ 1.021,76 e, com a projeção para o salário atual, R\$ 1.999,44. Sua renda per capita é diversa nas várias faixas salariais, conforme se observa na Tabela 3.

Renda per capita	Quantidade de domicílios	% de domicílios
Até 1/8 salário mínimo	19	1,35
Mais de 1/8 a 1/4 salário mínimo	69	4,89
Mais de 1/4 a 1/2 salário mínimo	281	19,90
Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	562	39,80
Mais de 1 a 2 salários mínimos	290	20,54
Mais de 2 a 3 salários mínimos	52	3,68
Mais de 3 a 5 salários mínimos	30	2,12
Mais de 5 a 10 salários mínimos	11	0,78
Mais de 10 salários mínimos	7	0,50
Sem renda	91	6,44
Quantidade total de domicílios	1412	100

Tabela 3 – Renda per capita de domicílios no município de Ipiacú-MG –2010

Fonte: IBGE, 2011.

Elaboração dos autores com base nos dados coletados.

Agregando os valores, verifica-se que, em Ipiáçu, 80,24% dos domicílios recebem acima de 1/4 a 2 salários mínimos per capita, totalizando 1133 domicílios. Pelo menos 100 domicílios possuem renda de mais de 2 salários mínimos per capita, o que, proporcionalmente, corresponde a 7,08%. Contudo, 179 domicílios, ou seja, 12,68% do total de domicílios, ou não possuem renda ou recebem até 1/4 de salário mínimo por pessoa.

Gurinhata é o terceiro em quantidade populacional, com 5985 habitantes (Tabela 1), e também o terceiro em quantidade de domicílios, com 2166 casas. Contudo, mesmo tendo população maior que a de Cachoeira Dourada e Ipiáçu, em comparação com os três municípios, é o que possui a menor renda média de moradores responsáveis. O valor dessa renda é de R\$ 939,59 e, projetado para o salário mínimo de 2019, corresponderia a R\$ 1.838,65. As faixas salariais de renda são variáveis, conforme se observa na Tabela 4.

Renda per capita	Quantidade de domicílios	% de domicílios
Até 1/8 salário mínimo	41	1,84
Mais de 1/8 a 1/4 salário mínimo	99	4,45
Mais de 1/4 a 1/2 salário mínimo	457	20,54
Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	836	37,57
Mais de 1 a 2 salários mínimos	443	19,91
Mais de 2 a 3 salários mínimos	130	5,84
Mais de 3 a 5 salários mínimos	81	3,64
Mais de 5 a 10 salários mínimos	27	1,21
Mais de 10 salários mínimos	11	0,49
Sem renda	100	4,49
Quantidade total de domicílios	2225	100

Tabela 4 – Renda per capita de domicílios no município de Gurinhata-MG - 2010

Fonte: IBGE, 2011.

Elaboração dos autores com base nos dados coletados.

Ao agrupar os valores, é possível verificar uma diversidade de renda em Gurinhata, ou seja, 240 residências (10,78%) ou não tem renda ou recebem até 1/4 de salário mínimo per capita. Estão na faixa acima de 1/4 até 2 salários mínimos 1736 domicílios, com um total de 78,02%. Contrastando com esses resultados, 249 famílias recebem mais de 2 salários mínimos, o que representa um total de 11,18%.

Capinópolis possui 15194 habitantes distribuídos em 4982 domicílios (Tabela 1). Apesar de apresentar menor número de domicílios, quando comparado a Santa Vitória, a renda média dos moradores responsáveis é a segunda maior entre as 6 cidades em estudo, totalizando R\$ 1.115,24, que, projetado para o salário mínimo atual de 2019, corresponde a R\$ 2.182,37.

Renda per capita	Quantidade de domicílios	% de domicílios
Até 1/8 salário mínimo	50	1,02
Mais de 1/8 a 1/4 salário mínimo	221	4,49
Mais de 1/4 a 1/2 salário mínimo	898	18,24
Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	1930	39,21
Mais de 1 a 2 salários mínimos	1213	24,64
Mais de 2 a 3 salários mínimos	257	5,22
Mais de 3 a 5 salários mínimos	159	3,23
Mais de 5 a 10 salários mínimos	58	1,18
Mais de 10 salários mínimos	24	0,49
Sem renda	112	2,28
Quantidade total de domicílios	4922	100

Tabela 5 – Renda per capita de domicílios no município de Capinópolis-MG - 2010

Fonte: IBGE, 2011.

Elaboração dos autores com base nos dados coletados.

Com base nos resultados, em Capinópolis, 4041 domicílios possuem rendimentos acima de 1/4 a 2 salários mínimos, correspondendo a 82,09% do total de domicílios. Na situação de sem renda ou com renda de até 1/4 de salário mínimo há 383 domicílios, representando 7,79% do total de residências pesquisadas. Por outro lado, 10,12% da população desse município vive com mais de 2 salários mínimos, totalizando 498 domicílios.

Santa Vitória é o segundo maior município da Região Imediata de Ituiutaba em números populacionais, com 17961 habitantes e 6103 domicílios (Tabela 1). Com R\$ 1.115,24 de renda média dos moradores responsáveis e R\$ 2.182,37 para o salário mínimo de 2019, possui a terceira maior renda média das 6 cidades, ficando abaixo dos valores de Ituiutaba e Capinópolis, conforme Tabela 6 a seguir.

Renda per capita	Quantidade de domicílios	% de domicílios
Até 1/8 salário mínimo	46	0,75
Mais de 1/8 a 1/4 salário mínimo	196	3,19
Mais de 1/4 a 1/2 salário mínimo	942	15,33
Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	2377	38,69
Mais de 1 a 2 salários mínimos	1660	27,02
Mais de 2 a 3 salários mínimos	378	6,15
Mais de 3 a 5 salários mínimos	220	3,58
Mais de 5 a 10 salários mínimos	94	1,53
Mais de 10 salários mínimos	47	0,76
Sem renda	184	2,99
Quantidade total de domicílios	6144	100

Tabela 6 – Renda per capita de domicílios no município de Santa Vitória-MG - 2010

Fonte: IBGE, 2011.

Elaboração dos autores com base nos dados coletados.

Considerando a junção dos sem renda com até 1/4 de salários mínimos, soma-se em Santa Vitória um total de 426 domicílios (6,93%); 4979 domicílios (81,04%) estão enquadrados em mais de 1/4 a 2 salários mínimos e 739 domicílios (12,02%) com mais de 2 salários mínimos.

Ituiutaba é o município que dá nome à região imediata e possuía, no Censo de 2010, um total de 96721 habitantes e 32359 domicílios. Dos municípios em estudo, é o que apresenta a maior renda média de moradores responsáveis, com valores de R\$ 1.260,44 em 2010 e R\$ 2.466,51 (projeção para 2019).

Renda per capita	Quantidade de domicílios	% de domicílios
Até 1/8 salário mínimo	190	0,59
Mais de 1/8 a 1/4 salário mínimo	921	2,84
Mais de 1/4 a 1/2 salário mínimo	4531	13,97
Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	11650	35,91
Mais de 1 a 2 salários mínimos	9127	28,14
Mais de 2 a 3 salários mínimos	2409	7,43
Mais de 3 a 5 salários mínimos	1602	4,94
Mais de 5 a 10 salários mínimos	924	2,85
Mais de 10 salários mínimos	313	0,96
Sem renda	772	2,38
Quantidade total de domicílios	32439	100

Tabela 7 – Renda per capita de domicílios no município de Ituiutaba-MG - 2010

Fonte: IBGE, 2011.

Elaboração dos autores com base nos dados coletados.

Em Ituiutaba, mais de 53% da população tem uma renda per capita de até 1 salário mínimo. Considerando a soma dos rendimentos, 1883 domicílios (5,81%) possuem uma renda de até 1/4 salário mínimo; 25308 domicílios (78,02%), mais de 1/4 a 2 salários mínimos e 5248 domicílios (16,18%), mais de 2 salários mínimos.

Harvey (2016) entende que os distintos níveis de renda estão se diversificando após os anos 1970, de modo a estarem cada vez mais desiguais. Embora não seja possível, por meio deste estudo, comprovar a premissa apontada por Harvey (2016), pois não é proposta desse trabalho a realização de um estudo temporal, é possível, contudo, perceber que, em todos os municípios estudados, as faixas salariais são diversas e contrastantes.

De tal modo, é possível visualizar, por exemplo, que, ao passo que 1270 domicílios não possuem renda na Região Imediata de Ituiutaba, outros 404 possuem renda de mais 10 salários mínimos por pessoa. Como Harvey (2016) acentuou, o capitalismo é resistente e, embora se tenha um limite para que ele suporte essas

desigualdades de renda, em razão do seu crescimento exponencial, ele funciona e se reproduz em ambientes diversos com rendas diversas. Isso quer dizer que, enquanto 19,99% do total de domicílios não possuem renda familiar, outros 3,46% declararam receber mais de 10 salários mínimos per capita.

É possível avançar um pouco mais e projetar esses valores para o salário mínimo atual. Assim, enquanto 1270 domicílios têm renda familiar per capita zero, outros 404 recebem mais de R\$ 9.980,00 per capita. Isso quer dizer que é possível haver casas na Região Imediata de Ituiutaba com 5 moradores que declararam não receber nenhuma renda e, concomitantemente, residências com 5 moradores que declararam receber renda total de mais R\$49.900,00. Esse exemplo demonstrando uma disparidade exacerbada na desigualdade de renda.

É claro que são valores projetados e hipotéticos, com base nos dados estudados, mas essas aferições podem evidenciar uma realidade não somente da região em estudo, como também de várias outras regiões brasileiras. Por isso, é preciso entender as diversas faixas salariais dos municípios na tentativa de buscar um maior nível de igualdade de renda, para que situações contrastantes como estas gradativamente diminuam e, conseqüentemente, reduzam os níveis de vulnerabilidade social.

Do mesmo modo, chama a atenção os valores absolutos da quantidade de domicílios com renda zero nos municípios da Região Imediata de Ituiutaba. Do total, são 1270 domicílios sem renda, sendo 11 em Cachoeira Dourada; 91 em Ipiaçú; 100 em Gurinhatã; 112 em Capinópolis; 184 em Santa Vitória e, de maneira assustadora, 772 em Ituiutaba.

Com esses dados, é possível refletir sobre o exército industrial de reserva citado por Harvey (2016). Ele entende que, para o capitalismo, essa população reserva é a que está disponível para oferecer sua mão de obra para o sistema. Nesse sentido, de acordo com a lógica capitalista, os domicílios que não possuem renda per capita abrigam moradores disponíveis a oferecerem sua mão de obra a preços reduzidos para o capital.

Ademais, cabe aqui reproduzir o questionamento de Harvey (2016, p.160): “como vive a população de reserva quando está desempregada?”. Em resposta, segundo o autor, emergem economias informais que possibilitam a sobrevivência em condições marginais (HARVEY, 2016). Nas grandes cidades, a renda per capita baixa se materializa nas favelas e, em cidades pequenas, como as existentes na Região Imediata de Ituiutaba, ela pode ser visualizada muitas vezes em bairros ou setores determinados.

Obviamente, isso define um modo e um padrão de vida e, o que é mais importante para o capital, um custo de vida que estabelece um limite baixo para os níveis salariais do setor formal. É possível se aproximar desse limite mais baixo recrutando sem nenhuma dificuldade trabalhadores excedentes que sobrevivem no setor informal (HARVEY, 2016, p.162).

O trabalho tem um preço no capitalismo. Tem também um valor social e, por isso, passa a ser acumulado em forma de riquezas e renda pelos grandes capitalistas, enquanto que a população com rendas mais baixas e renda zero, vive apenas enquanto se reproduzem como sociedade. Harvey (2016, p.163) sabiamente disse que “[...] para se sustentar, o capital tem aprofundado a pobreza e as desigualdades de renda”. As comunidades mais vulneráveis, com baixa resistência e resiliência, tornam-se reféns do sistema capitalista.

A população de baixa renda, ao resistir e se reproduzir em situações precárias, dá ao capitalismo os elementos necessários para continuar reproduzindo as desigualdades sociais. Isso mostra que, de fato, o capital precisa das desigualdades sociais para sobreviver e se reproduzir. A existência de pessoas socialmente vulneráveis, com padrão de vida baixo ou em situações de pobreza extrema, que oferece sua força de trabalho por preços abomináveis, reproduz, assim, o visível ciclo do capital.

Nessa conjuntura, para essa parte da população com baixa renda ou até mesmo sem rendimento, Kaztman e Filgueira (1999, p.28-29) entendem que devem existir políticas Estatais direcionadas a esses grupos com a finalidade de reduzir a pobreza e a exclusão social, preservando direitos ligados ao bem-estar social. Do mesmo modo, as políticas devem proporcionar meios para que essa parcela da população se integre ao mercado de trabalho de forma digna, com qualidade de vida. Essa população, com renda baixa ou sem renda, é mais vulnerável às mudanças econômicas atuais dos mercados, pois não possuem estabilidade econômica. Em outras palavras, possuem resistência e resiliência mais baixa a uma crise econômica (KAZTMAN; FILGUEIRA, 1999).

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o objetivo analisar a renda familiar dos municípios da Região Imediata de Ituiutaba e refletir sobre as acumulações desiguais no âmbito da vulnerabilidade social e mensurar a renda familiar dos domicílios dos municípios em estudo, esse breve estudo pode contribuir para futuras pesquisas sobre o papel da renda familiar na estrutura social da sociedade capitalista e no fenômeno da desigualdade social, das questões sociais, como desemprego, habitação, baixa renda, etc., para que ações e políticas públicas possam se direcionar a essas camadas vulnerabilizadas e surrupiadas dos seus direitos mais básicos, como educação, moradia, saúde e emprego.

Com base nos dados estudados, de acordo com o número total de domicílios da Região Imediata de Ituiutaba, Ipiaçu é o município que possui a maior porcentagem

de domicílios com rendimento zero e Ituiutaba é o que possui a maior porcentagem de domicílios com renda de 10 salários mínimos ou mais. Em números absolutos, o município de Cachoeira Dourada reúne a menor quantidade de população sem renda.

Proporcionalmente, Ituiutaba é o município da Região Imediata de Ituiutaba com maior número de domicílios com rendimentos de mais de 2 salários mínimos, Cachoeira Dourada é o município com maior número de domicílios com rendimento de mais de 1/4 a 2 salários mínimos e Ipiacu é o município que mais possui domicílios sem renda ou com renda de até 1/4 salários mínimos.

Seguindo essa proporção, Cachoeira Dourada é o município que possui a menor quantidade de domicílios sem rendimentos ou com renda de até 1/4 de salários mínimos, Gurinhatã e Ituiutaba são os municípios que possuem os menores valores de rendimento de 1/4 a 2 salários mínimos, e Ipiacu é o município que possui a menor proporção de domicílios com mais de 2 salários mínimos.

É importante destacar que, enquanto uma grande parcela da população possui uma renda per capita baixa ou se encontra nos bolsões do desemprego, sobrevivendo na informalidade ou à mercê de políticas públicas, ou até mesmo na mendicância ou sem renda, uma pequena parcela da população detém rendas per capitas exorbitantes. Isso demonstra o quanto a desigualdade social impacta a estrutura da sociedade e o quanto ela é capaz de alimentar o sistema capitalista.

A desigualdade fomenta e movimenta as relações sociais entre quem domina e detém o poder do capital e quem necessita do capital para sua própria sobrevivência. Esse ciclo se perpetua por meio de uma relação antagônica, cujo poder hegemônico do capital se sobrevive e se consolida.

Este estudo se apresenta apenas como uma introdução ao estudo de vulnerabilidade social no âmbito das acumulações desiguais. Os objetivos propostos foram cumpridos. A metodologia mostrou-se adequada aos objetivos e aos resultados alcançados.

É oportuno ressaltar, contudo, a limitação desta pesquisa. Assim, embora as análises de renda demonstrem níveis de desigualdades de renda, para ponderarmos sobre as desigualdades sociais e as vulnerabilidades sociais, temos que considerar as múltiplas variáveis não abordadas nessa pesquisa, como as disparidades de riqueza monetária, infraestruturas dos lugares, faixa etária das populações, localização das comunidades, etc.

Portanto, considerando a variabilidade conceitual da vulnerabilidade e da vulnerabilidade social, como também as múltiplas variáveis e dimensões de análises, fazem-se necessários novos estudos sobre a temática na região em estudo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 12.255, de 15 de junho de 2010.** Dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1º de janeiro de 2010, estabelece diretrizes para a política de valorização do salário mínimo entre 2012 e 2023 e revoga a Lei no 11.944, de 28 de maio de 2009. *Planalto*, Brasília, jun. 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12255.htm. Acesso em: 16 de outubro de 2019.

BRASIL. **Lei nº 13.152, de 29 de julho de 2015.** Dispõe sobre a política de valorização do salário-mínimo e dos benefícios pagos pelo Regime Geral de Previdência Social (RGPS) para o período de 2016 a 2019. Planalto, Brasília, jul. 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13152.htm. Acesso em: 16 de outubro de 2019.

BRASIL. **Decreto nº 9.661, de 1º de janeiro de 2019.** Regulamenta a Lei nº 13.152, de 29 de julho de 2015, que dispõe sobre o valor do salário mínimo e a sua política de valorização de longo prazo. Planalto, Brasília, jan. 2019. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D9661.htm. Acesso em: 16 de outubro de 2019.

HARVEY, David. **17 contradições e o fim do capitalismo.** Tradução de Rogério Bettoni. São Paulo: Boitempo, 2016. 297p.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Base de informações do Censo Demográfico 2010:** Resultados do Universo por setor censitário. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Resultados_do_Universo/Agregados_por_Setores_Censitarios/. Acesso em: 09 de outubro de 2019.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [2010]. **Censo Demográfico 2010.** Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?uf=31&dados=29>. Acesso em: 09 de outubro de 2019.

KAZTMAN, R.; FILGUEIRA, C. Notas sobre el marco conceptual. In: KAZTMAN, R. (Coord.). **Activos y estructuras de oportunidades:** estudios sobre las raíces de la vulnerabilidad social en Uruguay, (LC/MVD/R.180), Montevideo (CEPAL). Publicaciones de las Naciones Unidas: Montevideo, mayo, 1999. Disponível em: <http://www.cepal.org/cgi-bin/getProd.asp?xml=/publicaciones/xml/2/10772/P10772.xml>. Acesso em: 21 de novembro de 2019.

LEONE, E.T.; MAIA A. G.; BALTAR, P. E. **Mudanças na composição das famílias e impactos sobre a redução da pobreza no Brasil.** *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 19, n. 1 (38), p. 59-77, abr. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ecos/v19n1/a03v19n1.pdf>. Acesso em: 14 de fevereiro de 2020.

ZAFFARONI, C. Los recursos de las familias urbanas de bajos ingresos para enfrentar situaciones críticas. In: KAZTMAN, R. (Coord.). **Activos y estructuras de oportunidades:** estudios sobre las raíces de la vulnerabilidad social en Uruguay, (LC/MVD/R.180), Montevideo (CEPAL). Publicaciones de las Naciones Unidas: Montevideo, mayo, 1999. Disponível em: <http://www.cepal.org/cgi-bin/getProd.asp?xml=/publicaciones/xml/2/10772/P10772.xml>. Acesso em: 21 de novembro de 2019.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Ação pedagógica 15, 17, 18

Amapá 189, 190, 191, 197, 198, 201, 203, 204, 207, 208

Arroz 61, 62, 63, 64, 66, 67, 68, 69, 70

Atlas 37, 38, 39, 48, 49, 86, 127, 134, 136, 183, 187, 218, 253, 269

B

Beneficiamento 61, 62, 63, 64, 66, 67, 68, 69, 70

C

Campanha gaúcha 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58

Cartografia tátil 1, 2, 3, 4, 13, 14

Cidadania 15, 17, 19, 24, 25, 26, 27, 123, 127, 129, 131, 136, 193, 215, 236

Cidades-gêmeas 189, 191, 192, 193, 200, 201, 202, 207

Comércio 57, 79, 81, 83, 85, 108, 109, 111, 114, 116, 163

Conhecimentos geográficos 15, 17, 18, 26, 27, 243

D

Democracia 120, 121, 122, 123, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135

Diversidade 15, 17, 19, 25, 26, 27, 33, 39, 40, 50, 52, 55, 60, 94, 101, 200, 243, 260, 268

Docente 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 87, 108, 168

E

Empresas de publicidade 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185

Engenhos 75, 77, 78, 137, 140, 141, 142, 143, 145, 146, 147, 150, 151

Ensino de geografia 1, 13, 16, 29, 35, 36, 243, 269

Estágio supervisionado 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36

F

Feminicídio 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218

Fronteira franco-brasileira 189, 199, 201, 206

G

Gênero 54, 94, 174, 209, 210, 212, 213, 217, 218

Geografia agrária 37, 269

Gestão empresarial 179

Gestão urbana 120, 121, 122, 127, 131, 160, 168, 169, 171, 177

I

Influência 72, 74, 78, 108, 109, 110, 114, 115, 116, 117, 164, 180, 185, 197, 200, 262, 263, 265

Interior 55, 56, 57, 61, 62, 74, 77, 121, 132, 140, 194, 265

M

Mapas táteis 1, 3, 4, 12

Materiais 1, 3, 4, 5, 6, 9, 12, 39, 53, 58, 73, 152, 153, 155, 156, 158, 162, 190, 195, 231, 245, 246

Mocambos 137, 138, 145, 146, 148, 149, 150, 151

Mulher 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218

N

Norte de Minas 37, 38, 40, 41, 42, 43, 44, 46, 47, 48, 49

O

Oiapoque 189, 190, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 208

P

Participação 17, 19, 21, 25, 33, 42, 65, 72, 74, 110, 120, 121, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 156, 158, 168, 169, 170, 172, 173, 174, 175, 184, 220, 228, 231, 236, 242, 245, 269

Planejamento 38, 64, 85, 116, 117, 119, 120, 128, 129, 133, 136, 138, 157, 160, 161, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 188, 202, 219, 220, 221, 224, 228, 229, 234

Plano plurianual 2018–2021 168

Política 53, 57, 59, 63, 67, 69, 95, 96, 107, 110, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 168, 170, 171, 176, 178, 181, 187, 193, 194, 201, 214, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 259

População 24, 44, 53, 55, 59, 63, 64, 77, 78, 79, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 88, 90, 92, 93, 95, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 109, 111, 113, 115, 116, 123, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 133, 142, 146, 148, 161, 164, 166, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 178, 183, 187, 191, 193, 197, 198, 200, 213, 221, 231, 233, 236, 238, 241, 242, 245, 246, 250, 251, 265

Produção 1, 4, 12, 27, 50, 52, 53, 54, 55, 56, 58, 61, 62, 63, 66, 67, 68, 69, 70, 74, 75, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 84, 85, 86, 89, 113, 118, 119, 128, 131, 135, 140, 142, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 171, 178, 181, 182, 189, 190, 194, 196, 201, 206, 217, 236, 243, 264

Produção do espaço 27, 85, 89, 118, 128, 152, 153, 155, 157, 158, 160, 162, 163, 164, 165,

166, 178, 189, 201, 206, 217, 243

R

Recife 36, 49, 85, 117, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 157, 165, 166, 183, 230, 231, 232, 236, 237, 238, 240, 243, 244, 258, 259, 261, 263, 264, 267, 268

Rede urbana 86, 109, 110, 117, 118, 179, 180, 181, 182, 183, 185, 186, 187, 188, 207

Região imediata de Ituiutaba 87, 88, 90, 96, 98, 99, 102, 103, 104, 105, 106

Renda familiar 82, 87, 88, 89, 90, 92, 95, 96, 97, 104, 105

Renovação urbana 152, 154, 155, 160, 163, 171

R-existência 50, 51, 52, 55, 56

Rincões 50, 51, 52, 54, 55, 56, 57, 58

RPA-05 137, 138, 140, 151

S

São Paulo 6, 7, 9, 11, 12, 13, 28, 35, 36, 49, 58, 59, 60, 61, 62, 64, 65, 66, 68, 70, 71, 85, 86, 107, 117, 118, 119, 127, 134, 135, 136, 138, 141, 142, 151, 154, 166, 167, 178, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 207, 208, 217, 243, 244, 252, 253, 267, 268, 269

Shopping center 108, 109, 112, 113, 114, 115, 116, 117

Subalternidade 50, 51, 55, 57, 215

Sustentabilidade 15, 17, 19, 25, 27, 168, 170, 177, 219, 220, 224, 229, 235, 243

T

Território 3, 26, 37, 38, 39, 46, 48, 49, 51, 53, 57, 58, 59, 61, 63, 64, 67, 70, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 81, 85, 86, 110, 123, 127, 131, 135, 137, 140, 145, 154, 164, 167, 171, 183, 186, 187, 189, 190, 191, 193, 194, 195, 196, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 206, 207, 208, 217, 226, 229, 239, 245, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 254, 269

Território-fronteiriço 189

Timon 108, 109, 110, 111, 112, 114, 115, 116, 117, 118, 119

V

Valorização das raridades urbanas 152

Violência 40, 54, 209, 210, 211, 212, 213, 215, 216, 217, 218, 247

Vulnerabilidade social 87, 88, 89, 90, 92, 93, 95, 96, 98, 104, 105, 106

 **Atena**
Editora

2 0 2 0